

---

# **DISPENSA ELETRÔNICA**

## **008/2026**

### **CONTRATANTE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS**

### **OBJETO**

FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE CAIXAS TÉRMICAS E PLACAS DE GELO ARTIFICIAL REUTILIZÁVEL RÍGIDAS PARA ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DE IMUNOBIOLÓGICOS, DESTINADAS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CODAJÁS-AM.

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ XX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXX)

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 12/06/2026 às 09h:00MIN (horário de Brasília)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por item.

### **MODO DE DISPUTA:**

A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de 1,00 (Um real) sobre o valor unitário do item.

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM**

## **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA**

**Nº 008/2026 – PMC**

**REGISTRO DE PREÇOS**

**ART.75, II DA LEI 14.133/2021**

Torna-se público que a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, por meio da Comissão de Contratação da Prefeitura de Codajás/AM, sediada Rua 5 de setembro, Nº 592 – Centro – Codajás/AM, realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 12 de junho de 2026.

Horário: 09:00H.

Período de Cadastro de Propostas: 09/06/2026 às 09:00H a 12/06/2026 às 09:00H.

Período de Lances: 12/06/2024 das 09:00H às 15:00H.

Local: PORTAL LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Modo de disputa: ABERTO.

### **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a Formação de Registro de Preços, para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE CAIXAS TÉRMICAS E PLACAS DE GELO ARTIFICIAL REUTILIZÁVEL RÍGIDAS PARA ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DE IMUNOBIOLOGICOS, DESTINADAS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CODAJÁS-AM, conforme especificações técnicas e quantitativos descritos no termo de referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica e seus anexos.

1.1. A licitação será composta por **10 (dez) itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

---

## **2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Município – LICITANET, disponível no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no LICITANET, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e,

2.2.5. sociedades cooperativas.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de dispensa de licitação eletrônica, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos,

ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no aviso de dispensa de licitação eletrônica e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. **O licitante, ao aceitar os requisitos mínimos de participação na forma do item 5.25, fica ciente que:**

3.11. Os objetos serão solicitados pela Secretaria Municipal da Administração e Planejamento, Órgão Gerenciador da Ata, através de Ordem de Fornecimento ou documento equivalente.

3.12. **Para cumprimento da obrigação, a entrega deve satisfazer os seguintes requisitos:**

3.12.1 Produtos, de acordo com as especificações técnica mencionadas neste Termo de Referência.

3.12.2 Quantidades em conformidade com o estabelecido na Requisição

3.12.3 Entrega no prazo, local e horários estão previstos no Termo de Referência

3.12.4 As Condições de entrega estão definidas de acordo com o Termo de Referência

3.12.5 A entrega deverá ocorrer em dias úteis, de segunda a sexta, entre 8:00h às 12h das 14h às 17:00h conforme as condições de acordo com o Termo de Referência.

3.12.6 A licitante vencedora indicará um procurador ou representante legal em Codajás(AM), responsável pelo recebimento e desembarque do objeto nas embarcações, pelo acompanhamento da conferência e entregas nos locais.

3.13 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei,

---

nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

#### **4. FASE DE LANCES**

4.1. A partir das 09:00h da data estabelecida neste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 1,00 (Um real).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

---

## **5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. contiver vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha



estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica.

## **6. HABILITAÇÃO**

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));



- 
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova

de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, **para assinar a Ata de Registro de Preços**, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

7.2. O prazo estabelecido no item anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito pela Administração.

7.3. Será formalizada a Ata de Registro de Preços para o registro dos itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

7.4. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os serviços/produtos com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

## **8. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

8.1. Após a homologação da licitação e publicada a Ata de Registro de Preços, em sendo realizada a contratação, poderá ser firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho / Carta Contrato / Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- 
- 8.4. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;
- 8.5. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei 14.133/21
- 8.6. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.7. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e anexos.
- 8.8. As condições de habilitação consignadas no Edital deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência dos ajustes celebrados com a Prefeitura Municipal de Codajás

## 9. SANÇÕES

- 9.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam
- 9.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 9.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 9.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 9.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 9.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 9.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta
- 9.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 9.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 9.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.1.9.1 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.9.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 9.1.9.3 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 9.1.9.4 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
  - b) Multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **10 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 O procedimento será divulgado no Sistema de Compras – Licitanet e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Portal de Compras do Licitanet, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

10.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.2.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

10.2.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.2.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.2.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.3 As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

10.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.12 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.13 Integram este Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 10.13.1 ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;
- 10.13.2 ANEXO III – Termo de Referência;
- 10.13.3 ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 10.13.4 ANEXO V – Modelo de Planilha de Proposta de Preços.

Codajás, 08 de junho de 2026.

**Maurício Sampaio Faria**  
Agente de Contratação  
Decreto nº 1.743, de 11 de janeiro de 2024.

---

## **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

### **1. Habilitação jurídica:**

- 1.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- 2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 2.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.4. prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.5. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.6. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



---

2.7. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

### **3. Qualificação Econômico-Financeira:**

- 3.1. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais
- 3.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

### **4. Qualificação Técnica:**

- 4.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 4.2 Comprovação de aptidão técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para comprovar os desempenhos de atividade pertinente e compatível em características e quantidades ao objeto deste Termo de Referência, demonstrando que já forneceu pelo menos 10% (dez por cento) das quantidades descritas na proposta de preços apresentada na licitação.
- 4.3 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;
- 4.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante
- 4.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE CAIXAS TÉRMICAS E PLACAS DE GELO ARTIFICIAL REUTILIZÁVEL RÍGIDAS PARA ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DE IMUNOBIOLOGÍCOS, DESTINADAS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CODAJÁS-AM.**

#### **1. IDENTIFICAÇÃO**

Órgão Licitante: Prefeitura Municipal de Codajás

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde

#### **2. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo de Referência a realização de procedimento de contratação, mediante Dispensa Eletrônica, sob a forma de Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Caixas Térmicas e placas de gelo artificial reutilizável rígidas para Armazenamento e Transporte de Imunobiológicos, destinadas ao atendimento das necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Codajás-AM.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da natureza estimativa da demanda, da necessidade de fornecimento parcelado e da conveniência administrativa de assegurar disponibilidade contínua dos equipamentos ao longo do exercício, sem obrigatoriedade de contratação imediata da totalidade dos quantitativos estimados, promovendo maior eficiência administrativa, racionalização do gasto público e melhor gerenciamento logístico das aquisições.

A presente contratação tem por finalidade garantir condições adequadas de armazenamento, acondicionamento e transporte de vacinas, soros e demais imunobiológicos termossensíveis, assegurando a preservação da cadeia de frio exigida pelos protocolos técnicos do Programa Nacional de Imunizações (PNI) e pelas normas sanitárias vigentes.

O objeto compreende o fornecimento de caixas térmicas e placas de gelo artificial reutilizável rígidas, acompanhadas de termômetros apropriados para monitoramento térmico e placas de gelo artificial reutilizável rígidas, conforme especificações técnicas, quantitativos estimados e requisitos mínimos de qualidade estabelecidos neste Termo de

#### Referência.

Os equipamentos deverão atender integralmente às normas técnicas e sanitárias aplicáveis à conservação e transporte de imunobiológicos, observando as orientações da Rede de Frio do Ministério da Saúde, devendo possuir, quando aplicável, registro, cadastro ou comprovação de dispensa junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

As caixas térmicas e placas de gelo artificial reutilizável rígidas deverão ser novas, sem uso anterior, fabricadas com materiais resistentes, adequados ao uso contínuo em ações de vacinação urbana, rural e ribeirinha, apresentando capacidade de manutenção da temperatura interna na faixa de +2°C a +8°C, compatível com as exigências de conservação dos imunobiológicos utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

A empresa contratada deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e capacidade operacional compatível com a execução do objeto, assegurando a entrega dos equipamentos dentro dos prazos estabelecidos e em perfeitas condições de uso, conservação e funcionamento.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, observando-se as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual correspondente, quando formalizado.

A execução contratual deverá observar boas práticas de transporte, acondicionamento, manuseio e armazenamento dos equipamentos, garantindo a preservação das características físicas, estruturais e funcionais das caixas térmicas e placas de gelo artificial reutilizável rígidas até o recebimento definitivo pela Administração Pública Municipal.

Sempre que possível, deverão ser adotadas práticas ambientalmente sustentáveis, incluindo utilização racional de embalagens, priorização de materiais recicláveis e destinação ambientalmente adequada dos resíduos eventualmente gerados, em consonância com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental aplicáveis às contratações públicas.

A contratação será realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, por meio de Dispensa Eletrônica, em razão do valor estimado da contratação, observando-se os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, publicidade, transparência, isonomia, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa para a

Administração Pública.

O instrumento convocatório e a futura Ata de Registro de Preços estabelecerão, de forma clara e objetiva, as obrigações das partes, as condições de fornecimento, os critérios de recebimento provisório e definitivo, as hipóteses de aplicação de sanções administrativas, os critérios de fiscalização contratual e demais cláusulas essenciais previstas na legislação vigente.

Ressalta-se, por fim, que os itens objeto da presente contratação não se caracterizam como bens de luxo, tratando-se de equipamentos essenciais ao funcionamento das ações de imunização e à preservação da saúde pública, indispensáveis à adequada execução das políticas municipais de vacinação e proteção coletiva da população do Município de Codajás-AM.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) da Prefeitura Municipal de Codajás-AM e visa atender às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente no âmbito das ações de imunização, vacinação, vigilância epidemiológica e manutenção da cadeia de frio dos imunobiológicos utilizados no Município.

A aquisição de Caixas Térmicas e placas de gelo artificial reutilizável rígidas para Armazenamento e Transporte de Imunobiológicos fundamenta-se na necessidade de garantir condições adequadas de conservação, acondicionamento e transporte de vacinas, soros e demais insumos termossensíveis, assegurando a preservação de sua estabilidade térmica, eficácia imunológica e segurança sanitária durante todas as etapas de distribuição e utilização.

Considerando as particularidades geográficas do Município de Codajás-AM, localizado em região de difícil acesso da Amazônia, com atendimento permanente a comunidades urbanas, rurais e ribeirinhas, a manutenção adequada da cadeia de frio constitui requisito essencial para a continuidade e efetividade das ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Imunização.

A contratação pretendida busca evitar perdas de imunobiológicos decorrentes de falhas no acondicionamento térmico, minimizar riscos sanitários relacionados à utilização de vacinas expostas a temperaturas inadequadas e fortalecer a capacidade operacional

das equipes de vacinação responsáveis pelo atendimento da população.

A presente contratação também encontra fundamento nas diretrizes técnicas do Programa Nacional de Imunizações (PNI), nos protocolos da Rede de Frio do Ministério da Saúde e nas normas sanitárias aplicáveis ao armazenamento e transporte de imunobiológicos, que estabelecem a obrigatoriedade de manutenção rigorosa das condições térmicas necessárias à preservação da qualidade das vacinas.

A contratação será realizada por meio de Dispensa Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando que o valor estimado da aquisição se enquadra nos limites legais aplicáveis à contratação direta por dispensa em razão do valor, assegurando maior celeridade, eficiência administrativa, economicidade, transparência e competitividade ao procedimento.

A utilização do procedimento eletrônico possibilita ampla participação de fornecedores, rastreabilidade dos atos administrativos, redução de custos operacionais e observância dos princípios da legalidade, publicidade, isonomia, planejamento, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

### **3.1. Justificativa Detalhada:**

A Prefeitura Municipal de Codajás-AM objetiva a contratação de empresa especializada no fornecimento de Caixas Térmicas e placas de gelo artificial reutilizável rígidas para Armazenamento e Transporte de Imunobiológicos, com a finalidade de atender de forma contínua, segura e eficiente às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente no âmbito das ações de imunização e vigilância epidemiológica.

A contratação pretendida visa assegurar:

- a manutenção adequada da cadeia de frio durante o armazenamento e transporte de vacinas e demais imunobiológicos;
- a preservação da eficácia, estabilidade e segurança sanitária das vacinas utilizadas nas campanhas e rotinas de imunização;
- a redução de perdas de imunobiológicos decorrentes de falhas térmicas, acondicionamento inadequado ou insuficiência de equipamentos apropriados;
- o fortalecimento da estrutura logística das equipes de vacinação urbana, rural e ribeirinha;
- a ampliação da segurança operacional nas ações de imunização realizadas em comunidades de difícil acesso;

- a padronização dos equipamentos utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, assegurando maior eficiência operacional e controle logístico;
- a prevenção de contratações emergenciais, aquisições fragmentadas ou soluções improvisadas que possam comprometer a continuidade dos serviços públicos de saúde.

A contratação de empresa especializada assegurará, ainda:



- fornecimento de equipamentos em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;
- compatibilidade técnica entre caixas térmicas, termômetros e placas de gelo artificial reutilizável rígidas;
- maior eficiência logística no fornecimento e distribuição dos equipamentos;
- entrega dos produtos em perfeitas condições de uso e funcionamento;
- atendimento às normas sanitárias e orientações técnicas da Rede de Frio do Ministério da Saúde;
- adoção de práticas sustentáveis relacionadas ao acondicionamento, transporte e descarte de materiais utilizados.

A solução escolhida, consistente na contratação de fornecedor único para fornecimento integral dos equipamentos e acessórios necessários à manutenção da cadeia de frio, apresenta-se mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e administrativo, promovendo maior padronização, compatibilidade entre os componentes fornecidos e simplificação da gestão contratual.



A adoção da Dispensa Eletrônica, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, reforça a transparência, a legalidade e a eficiência do procedimento administrativo, permitindo a seleção célere de fornecedor apto a atender adequadamente às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação se mostra plenamente necessária, viável e justificada, constituindo medida essencial para o fortalecimento das ações de imunização, preservação da saúde pública, melhoria da logística da Rede Municipal de Imunização e garantia da continuidade dos serviços de vacinação ofertados à população do Município de Codajás-AM.

### **3.2. Especificações dos Produtos**

ITEM	UND	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTD	
1	UND	Caixa térmica com capacidade para 5 litros, destinada ao acondicionamento e transporte de materiais termossensíveis, equipada com termômetro digital para monitoramento contínuo da temperatura interna na faixa de calibração de 2°C a 8°C. Fabricada em polipropileno de alta resistência, com revestimento interno em placa de isopor tipo EPS, proporcionando isolamento térmico eficiente. Com display LCD para visualização da temperatura, alimentação por 2 baterias tipo LR44 (botão) e dimensões aproximadas de 24,5 cm x 20 cm x 18 cm (L x A x P). Tamanho aproximado do display: 47 x 28 x 14 mm. Produto adequado para armazenamento e transporte de vacinas, medicamentos, insumos laboratoriais e demais materiais que necessitem de controle térmico. Cor conforme solicitação da contratante.	15	
2	UND	Caixa térmica com capacidade para 12 litros, destinada ao acondicionamento, conservação e transporte de materiais termossensíveis, equipada com termômetro digital e certificado de calibração rastreado à Rede Brasileira de Calibração (RBC/Inmetro), com pontos de calibração em 2°C e 8°C. Fabricada em polipropileno de alta resistência, com revestimento interno em placa de isopor tipo EPS, proporcionando eficiente isolamento térmico. Possui alça para transporte, display LCD para monitoramento da temperatura interna e alimentação por 2 baterias tipo LR44 (botão). Medidas aproximadas: 24 x 34 x	15	



		25,5 cm. Produto indicado para armazenamento e transporte de vacinas, medicamentos, insumos laboratoriais e demais materiais que exijam controle de temperatura. Cor conforme solicitação da contratante.		
3	UND	Placa de gelo artificial reutilizável rígido, com capacidade de 200 ml, destinado à conservação térmica e ao transporte de materiais sensíveis à temperatura. Fabricada em polietileno resistente, preenchidas com gel à base de polímero neutralizante, água tratada e conservantes, proporcionando maior eficiência térmica e reutilização contínua. Indicadas para transporte de alimentos, bebidas, vacinas e medicamentos. Com dimensões aproximadas de 7 cm x 12 cm x 2,7 cm cada unidade. Duração média de resfriamento entre 4 e 8 horas, conforme condições de uso e ambiente. Vida útil aproximada de 36 meses e com garantia mínima de 90 dias.	60	
4	UND	Placa de gelo artificial reutilizável rígida, com capacidade de 400 ml, destinada à conservação térmica e ao transporte de materiais sensíveis à temperatura. Fabricada em material plástico resistente, com estrutura rígida e conteúdo interno em gel térmico reutilizável, proporcionando maior eficiência no resfriamento e manutenção da temperatura por período prolongado. Indicada para utilização em caixas térmicas e no transporte de alimentos, bebidas, vacinas, medicamentos, insumos laboratoriais e leite materno. Dimensões aproximadas: 9,5 cm de	30	

		largura x 17,3 cm de altura. Produto reutilizável, de fácil higienização e adequado para uso contínuo em processos de conservação térmica. Vida útil aproximada de 36 meses e com garantia mínima de 90 dias.		
--	--	---	--	--

#### **LOCAL DE ENTREGA, CONDIÇÕES E PRAZOS**

A entrega das Caixas Térmicas e placas de gelo artificial reutilizável rígidas para Armazenamento e Transporte de Imunobiológicos deverá ocorrer conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Codajás-AM, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, não havendo garantia de aquisição mínima dos quantitativos registrados, ficando a contratada obrigada a atender rigorosamente às condições estabelecidas neste Termo de Referência e às solicitações formalizadas pela Administração Pública Municipal.

As contratações decorrentes do procedimento somente serão consideradas válidas quando formalizadas mediante emissão de Ordem de Fornecimento ou instrumento contratual equivalente, expedidos pela Administração Municipal. Não será reconhecido, recebido ou pago qualquer fornecimento realizado sem a devida autorização formal da Administração Pública.

As solicitações ocorrerão de forma parcelada, conforme a demanda operacional da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente para atendimento das ações de imunização, vacinação, vigilância epidemiológica e manutenção da cadeia de frio dos imunobiológicos utilizados pelo Município.

Considerando as características geográficas e logísticas da região amazônica, a contratada deverá possuir capacidade operacional compatível com o fornecimento dos equipamentos no Município de Codajás-AM, não sendo admitidas alegações posteriores relacionadas à dificuldade de transporte terrestre, fluvial, armazenamento, indisponibilidade de fornecedores, atraso logístico ou quaisquer outros fatores inerentes à atividade empresarial, os quais constituem risco exclusivo da contratada.

Para o cumprimento das obrigações contratuais, a contratada deverá observar integralmente os seguintes requisitos:

a) As caixas térmicas, termômetros e placas de gelo artificial reutilizável rígidas deverão ser novos, originais, sem uso anterior, não sendo admitidos produtos

recondicionados, remanufaturados, reutilizados ou similares, devendo atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

b) Os equipamentos fornecidos deverão corresponder exatamente às quantidades, modelos, capacidades e especificações constantes na respectiva Ordem de Fornecimento;

c) O prazo máximo para entrega será de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Administração Pública Municipal;

d) O prazo de entrega poderá ser prorrogado uma única vez, por período não superior ao inicialmente estabelecido, desde que haja solicitação formal, prévia e devidamente justificada pela contratada, ficando a concessão condicionada à análise e autorização expressa da Administração;

e) Enquanto não houver manifestação formal da Administração Pública acerca do pedido de prorrogação, permanecerá plenamente válido e exigível o prazo originalmente estabelecido;

f) Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de fábrica de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, falhas estruturais, comprometimento do isolamento térmico e demais irregularidades que afetem sua funcionalidade;

g) O fornecimento deverá ser acompanhado de Nota Fiscal Eletrônica devidamente preenchida, contendo descrição completa dos itens fornecidos, quantitativos, número do processo administrativo, número da Ordem de Fornecimento e demais informações exigidas pela Administração Pública, bem como das Certidões Negativas de Débitos (CNDs) relativas à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, além do requerimento formal de pagamento;

h) Sempre que solicitado pela fiscalização contratual, a contratada deverá apresentar fichas técnicas, catálogos, manuais, registros sanitários, certificados ou demais documentos comprobatórios da conformidade técnica e sanitária dos equipamentos fornecidos;

i) Nenhum equipamento será recebido ou pago sem a correspondente Ordem de Fornecimento regularmente emitida pela Administração Pública Municipal.

O atraso na entrega dos equipamentos, ainda que parcial, será caracterizado como descumprimento contratual, especialmente em razão dos impactos diretos nas ações de vacinação, imunização e manutenção da cadeia de frio dos imunobiológicos.

Nessas hipóteses, a Administração Pública poderá, independentemente de notificação prévia:

- recusar o recebimento dos equipamentos entregues fora do prazo;
- determinar a substituição ou devolução integral dos itens em desconformidade, sem qualquer ônus para o Município;
- aplicar as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e demais penalidades cabíveis;
- registrar eventuais sanções nos sistemas oficiais competentes, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- adotar as medidas administrativas e judiciais necessárias à proteção do interesse público, inclusive rescisão contratual, quando cabível.

Todos os custos relacionados ao fornecimento correrão exclusivamente por conta da contratada, incluindo transporte terrestre e fluvial, frete, logística, seguro, carga, descarga, acondicionamento, substituição de produtos, retirada de itens recusados e demais despesas necessárias à perfeita execução contratual, não cabendo à Prefeitura Municipal de Codajás-AM qualquer ônus adicional.

Serão recusados os equipamentos que:

- apresentem defeitos estruturais, avarias, rachaduras, falhas de vedação ou comprometimento térmico;
- possuam sinais de uso anterior;
- estejam em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas;
- apresentem incompatibilidade entre caixas térmicas, termômetros e placas de gelo artificial reutilizável rígidas;
- não estejam acompanhados da documentação exigida;
- apresentem qualquer irregularidade que comprometa sua funcionalidade ou segurança sanitária.

Os equipamentos deverão ser entregues exclusivamente no endereço indicado pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Codajás-AM, situado na Rua Cinco de Setembro, nº 592, Centro, CEP 69.450-000, Codajás-AM, no horário das 08h00 às 17h00, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis.

A contratada deverá designar representante legal ou preposto para acompanhar o

desembarque, conferência e entrega dos equipamentos no ato do fornecimento, responsabilizando-se integralmente pela correta execução logística da entrega.

A ausência de representante da contratada no momento da entrega poderá ensejar a recusa do recebimento dos equipamentos pela Administração Pública Municipal, sem qualquer responsabilidade para o Município.

A Prefeitura Municipal de Codajás-AM não aceitará, em hipótese alguma, equipamentos desembarcados em porto, terminal fluvial ou qualquer outro local sem a presença do responsável designado pela contratada, tampouco assumirá despesas relacionadas à logística, transporte interno, armazenamento ou movimentação dos materiais, os quais constituem obrigação exclusiva da fornecedora.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, responsabilidade socioambiental e racionalização do uso dos recursos públicos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010) e demais normas aplicáveis às contratações públicas sustentáveis.

A empresa contratada deverá, sempre que tecnicamente viável e sem prejuízo da eficiência térmica e da segurança sanitária dos equipamentos, adotar boas práticas ambientais relacionadas à fabricação, acondicionamento, transporte e descarte dos materiais utilizados no fornecimento das Caixas Térmicas e placas de gelo artificial reutilizável rígidas destinados à manutenção da cadeia de frio dos imunobiológicos.

Deverão ser priorizadas, sempre que possível:

- caixas térmicas fabricadas com materiais resistentes, duráveis, recicláveis ou de menor impacto ambiental;
- placas de gelo artificial reutilizável rígidas produzidas com materiais reutilizáveis e de longa vida útil;
- utilização racional de embalagens, priorizando materiais recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis;
- adoção de práticas logísticas que reduzam o consumo de combustíveis fósseis e a emissão de poluentes;
- destinação ambientalmente adequada de embalagens, resíduos ou materiais eventualmente inutilizados durante a execução contratual.

As medidas previstas neste item visam fortalecer o compromisso da Prefeitura Municipal de Codajás-AM com práticas sustentáveis, gestão ambientalmente responsável e promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações públicas.

#### **4.2 Subcontratação**

Não será permitida a subcontratação integral do objeto contratual, sendo de responsabilidade direta da empresa contratada o fornecimento das Caixas Térmicas, termômetros e placas de gelo artificial reutilizável rígidas, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

Excepcionalmente, poderá ser admitida subcontratação parcial de atividades acessórias ou complementares, desde que previamente justificada pela contratada e expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pela qualidade, regularidade, conformidade técnica e cumprimento das obrigações assumidas.

A eventual subcontratação não eximirá a contratada da responsabilidade pela perfeita execução do objeto, nem transferirá à subcontratada qualquer vínculo contratual com a Administração Pública.

#### **4.3 Garantia da contratação**

Não será exigida garantia contratual, nos termos dos artigos 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto e o baixo risco associado à execução contratual.

Todavia, a empresa contratada será integralmente responsável pela qualidade, integridade, desempenho térmico, conformidade técnica e regularidade sanitária dos equipamentos fornecidos.

Caso sejam identificadas irregularidades, defeitos de fabricação, falhas estruturais, problemas de vedação, comprometimento da eficiência térmica, danos decorrentes do transporte ou desconformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, a contratada deverá:

- realizar a substituição imediata dos itens irregulares, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública;
- assegurar que os equipamentos atendam integralmente às exigências técnicas relacionadas à conservação e transporte de imunobiológicos;
- garantir o adequado funcionamento das caixas térmicas, termômetros e placas



de gelo artificial reutilizável rígidas;

- substituir equipamentos que não apresentem capacidade de manutenção da temperatura exigida para preservação da cadeia de frio.

A contratada deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo dos equipamentos pela Administração Pública Municipal.

#### **4.4 Validade do Objeto**

As Caixas Térmicas e placas de gelo artificial reutilizável rígidas fornecidos deverão apresentar qualidade compatível com o uso contínuo nas atividades de vacinação, imunização e transporte de imunobiológicos, atendendo integralmente às especificações técnicas, sanitárias e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência.

Os equipamentos deverão ser novos, sem uso anterior, resistentes às condições operacionais típicas das ações de imunização urbana, rural e ribeirinha, apresentando adequada vedação, resistência ao impacto, facilidade de higienização e eficiência térmica compatível com as exigências da Rede de Frio.

A Administração Pública poderá recusar o recebimento dos equipamentos que estejam em desacordo com as especificações contratuais, incluindo, entre outras hipóteses:

- caixas térmicas com defeitos estruturais, rachaduras, fissuras, deformações ou falhas de isolamento térmico;
- termômetros defeituosos ou incompatíveis com o monitoramento adequado da temperatura;
- placas de gelo artificial reutilizável rígidas em desacordo com as especificações técnicas;
- equipamentos sem documentação sanitária exigida, quando aplicável;
- produtos em desconformidade com os modelos, capacidades ou quantitativos previstos;
- itens que apresentem desempenho térmico incompatível com a faixa de conservação entre +2°C e +8°C.

Os equipamentos deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos essenciais:

- Qualidade e resistência: adequação ao uso contínuo nas ações de vacinação e transporte de imunobiológicos;
- Eficiência térmica: capacidade de manutenção da temperatura adequada à



preservação das vacinas;

- Conformidade sanitária: atendimento às orientações técnicas da Rede de Frio e às normas aplicáveis;
- Compatibilidade operacional: integração adequada entre caixas térmicas, termômetros e placas de gelo artificial reutilizável rígidas;
- Eficiência logística: entrega dentro do prazo estabelecido e em condições adequadas de transporte e acondicionamento.

Com essas exigências, a contratação assegura maior segurança sanitária, regularidade administrativa, eficiência operacional e conformidade técnica no fornecimento dos equipamentos destinados às ações de imunização promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Codajás-AM.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

O fornecimento das Caixas Térmicas e placas de gelo artificial reutilizável rígidas para Armazenamento e Transporte de Imunobiológicos deverá ocorrer de forma planejada, parcelada e conforme as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Codajás-AM, observando as condições, especificações técnicas e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e nos instrumentos contratuais decorrentes da contratação.

A execução do objeto destina-se ao atendimento das demandas relacionadas às ações de imunização, vacinação, vigilância epidemiológica e manutenção da cadeia de frio dos imunobiológicos utilizados pela Rede Municipal de Saúde, especialmente no atendimento das áreas urbanas, rurais e comunidades ribeirinhas do Município.

O fornecimento será realizado mediante emissão de Ordem de Fornecimento expedida pela Administração Pública Municipal, contendo os quantitativos, especificações e demais informações necessárias à execução contratual.

As entregas deverão ocorrer no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da Coordenação Municipal de Imunização, em data e horário previamente definidos pela Administração, garantindo a disponibilização dos equipamentos em tempo hábil para utilização pelas equipes de vacinação e demais servidores envolvidos nas ações de imunização.

A pontualidade na entrega constitui requisito essencial da contratação, considerando

a necessidade de manutenção contínua das atividades de vacinação e conservação adequada dos imunobiológicos utilizados nas campanhas e rotinas de imunização promovidas pelo Município.

As Caixas Térmicas, termômetros e placas de gelo artificial reutilizável rígidas fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, às orientações da Rede de Frio do Ministério da Saúde e às normas sanitárias aplicáveis à conservação e transporte de imunobiológicos.

Os equipamentos fornecidos deverão observar, no mínimo, os seguintes requisitos:

- qualidade, integridade estrutural e pleno funcionamento operacional;
- ausência de defeitos de fabricação, fissuras, deformações, falhas de vedação ou danos decorrentes do transporte;
- eficiência térmica compatível com a manutenção da temperatura entre +2°C e +8°C;
- compatibilidade técnica entre caixas térmicas, termômetros e placas de gelo artificial reutilizável rígidas;
- resistência adequada às condições operacionais das ações de vacinação urbana, rural e ribeirinha;
- facilidade de higienização e transporte.

O transporte dos equipamentos deverá ser realizado pela contratada em condições adequadas de acondicionamento, manuseio e segurança, de forma a preservar integralmente as características físicas, estruturais e funcionais dos produtos até o local de entrega indicado pela Administração Pública Municipal.

Caso ocorra impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega estabelecido, a empresa contratada deverá comunicar imediatamente a Administração, por escrito, apresentando justificativa formal e nova previsão para entrega, a qual será submetida à análise e deliberação da autoridade competente.

No ato do recebimento, a Administração Pública realizará conferência quantitativa e qualitativa dos equipamentos fornecidos, verificando conformidade com as especificações técnicas, integridade física dos produtos, documentação exigida e condições gerais de funcionamento.

A Administração poderá recusar o recebimento dos equipamentos nas seguintes hipóteses, entre outras:

- fornecimento em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas;
- equipamentos com defeitos estruturais ou falhas térmicas;
- termômetros defeituosos ou incompatíveis;
- placas de gelo artificial reutilizável rígidas em desconformidade;
- ausência de documentação sanitária exigida;
- avarias decorrentes do transporte;
- quantitativos divergentes da Ordem de Fornecimento.

Em caso de recusa do recebimento, a contratada deverá realizar a substituição imediata dos itens irregulares, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública Municipal.

No ato da entrega, a contratada deverá apresentar a documentação necessária à fiscalização e ao recebimento provisório do objeto, incluindo:

- Nota Fiscal correspondente ao fornecimento;
- Certidões Negativas de Débitos (CNDs) exigidas pela legislação vigente;
- requerimento formal de pagamento;
- fichas técnicas, catálogos, registros sanitários ou demais documentos exigidos para comprovação da conformidade técnica dos equipamentos, quando solicitado pela fiscalização contratual.

O recebimento definitivo do objeto somente ocorrerá após verificação da conformidade integral dos equipamentos com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência e após aceite formal da Administração Pública Municipal.

Com este modelo de execução, a Prefeitura Municipal de Codajás-AM busca assegurar que o fornecimento das Caixas Térmicas ocorra de forma eficiente, segura e em conformidade com a legislação vigente, garantindo a preservação da cadeia de frio dos imunobiológicos, a continuidade das ações de vacinação e a proteção da saúde pública da população do Município.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o

cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas

aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos

indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

O fornecimento das Caixas Térmicas será recebido, inicialmente, de forma provisória, de maneira sumária, no ato da conclusão das atividades, juntamente com a apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável designado pela Administração Municipal para o acompanhamento e fiscalização do contrato.

Esse recebimento provisório tem como finalidade possibilitar a posterior verificação da conformidade do objeto entregue e instalado com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, na proposta vencedora e nas condições estabelecidas no contrato.

Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, caso sejam constatadas inconformidades quanto à qualidade, acabamento, integridade, estabilidade, dimensões ou demais requisitos técnicos exigidos.

Em caso de rejeição, a empresa contratada deverá providenciar, de forma imediata e às suas expensas, a substituição do item ou a realização dos ajustes necessários, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas contratualmente.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do



recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após verificação da conformidade técnica e da instalação do item, e consequente aceitação formal mediante termo detalhado.

Nos casos em que a contratação se enquadre no limite de valor definido no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis, conforme previsão legal.

O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências complementares para aferição do atendimento integral das exigências contratuais.

Em caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto às dimensões, qualidade, acabamento ou demais características técnicas, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser comunicada à empresa a possibilidade de emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa do objeto, para fins de liquidação e pagamento.

O prazo para correção, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de eventuais irregularidades na nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, apuradas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para efeito do prazo de recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil pela solidez, integridade e qualidade do item fornecido, nem a responsabilidade ético-profissional da empresa contratada pela perfeita execução do contrato.

#### Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;



- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados

normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

Pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será selecionado por meio de Dispensa de Licitação, na forma Eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor estimado da contratação, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, publicidade, transparência, economicidade e eficiência.

A contratação será realizada sob a sistemática de Sistema de Registro de Preços, visando à formação de Ata de Registro de Preços para futura e eventual aquisição das Caixas Térmicas e placas de gelo artificial reutilizável rígidas, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, os requisitos mínimos de qualidade e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Serão desclassificadas as propostas que:

I – Não atenderem às exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

II – Apresentarem preços inexequíveis ou incompatíveis com os valores praticados no mercado;

III – Contiverem vícios, omissões ou irregularidades que comprometam a compreensão, validade ou comparabilidade das propostas.

A seleção da proposta mais vantajosa observará não apenas o critério econômico, mas também a conformidade técnica do produto ofertado, assegurando-se a adequada proteção dos servidores e a eficiência da contratação.

#### Forma de fornecimento

O fornecimento das Caixas Térmicas e placas de gelo artificial reutilizável rígidas será realizado de forma parcelada, conforme as necessidades da Prefeitura Municipal de Codajás-AM, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

A entrega ocorrerá mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela Administração, respeitando-se os prazos, condições de entrega e demais obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e na futura Ata de Registro de Preços.

A Administração não ficará obrigada a contratar a totalidade dos quantitativos estimados, tratando-se de previsão para atendimento de demandas futuras e eventuais, nos termos da sistemática do Registro de Preços.

#### Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

##### Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório

de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao

domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, a empresa interessada deverá apresentar:

I – Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão competente;

II – Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

A exigência ora estabelecida justifica-se pela necessidade de aferição da saúde financeira da empresa e de sua capacidade de suportar as obrigações decorrentes da contratação, considerando o vulto, a relevância e os riscos inerentes ao objeto, constituindo medida de prudência administrativa e de resguardo ao interesse público.

#### **Qualificação Técnica**

Nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, para fins de comprovação da qualificação técnica, a empresa deverá apresentar:

I – Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação;

II – Declaração formal de que dispõe de estrutura, condições operacionais e capacidade técnica suficientes para a adequada execução do objeto contratual, comprometendo-se a atender integralmente às especificações constantes do Termo de Referência.

A exigência de atestado de capacidade técnica fundamenta-se na necessidade de assegurar que a contratada detenha experiência prévia compatível com o objeto pretendido, reduzindo o risco de inexecução, falhas no fornecimento ou comprometimento da qualidade do objeto contratado.

### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado da contratação possui caráter sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, encontrando-se devidamente formalizado, detalhado e registrado nos autos do processo administrativo, com base nos custos unitários constantes da tabela de especificações do produto.

O sigilo do orçamento tem por finalidade preservar a competitividade do certame, evitar a antecipação indevida de preços de referência pelos potenciais fornecedores e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da transparência e do controle pelos órgãos competentes.

O valor estimado será divulgado após a fase de julgamento das propostas, ou nos demais momentos legalmente previstos, garantindo-se o pleno acesso às informações pelos órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação vigente.

### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

02 02 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SEMSA

10 122 0011 2040 0000 Manutencao da Secretaria Municipal de Saude

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

### **11. DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Codajás-AM, com expressa renúncia de qualquer outro, para dirimir os possíveis litígios que decorram do presente procedimento

### **12. ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO**



**Aislan Nascimento Ruela**  
Secretário Municipal de Saúde

**13. DATA DE APROVAÇÃO DO TERMO**

Codajás-AM, 22 de maio de 2026.

**14. AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO**

**APROVO** o presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, pois constatei que atende às condições previstas na Lei nº 14.133/2021

**ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal



**ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_/20xx**

Processo nº \_\_\_\_\_

Dispensa Eletrônico nº \_\_\_\_\_

**Validade da Ata:**

12 (doze) meses

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 20 ....., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., matrícula nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de Dispensa, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../20 ....., publicada no ..... de ...../...../20 ....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de ....., especificado nos itens do Edital e de seus Anexos, que o integram e complementam, e, ainda, na documentação, nas propostas de preços, nos lances apresentados pelas Licitantes classificadas em primeiro lugar a fim de atender ao quantitativo total

estimado para a contratação, observado o preço da proposta vencedora, visando contratações futuras.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade máxima a fornecer	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade

2.2. Os preços a serem pagos ao FORNECEDOR serão os vigentes na data da ordem de fornecimento, independentemente da data da entrega dos materiais.

2.3. Os preços registrados constituirão a única e completa remuneração pelos fornecimentos de \_\_\_\_\_, objeto desta Ata de Registro de Preço, incluído frete até os locais de entrega, a serem indicados pelo Órgão Gerenciador.



### **CLÁUSULA TERCEIRA – CADASTRO DE RESERVA**

3.1. O Anexo I da presente Ata constitui-se em cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892, de 2013.

3.2. As empresas que integrarem o cadastro de reserva somente terão sua proposta, bem como sua documentação habilitatória, analisada, para fins de aceitação e habilitação, quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses mencionadas.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA RELAÇÃO DOS FORNECEDORES BENEFICIÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Em decorrência das propostas e lances apresentados e homologados no certame licitatório, ficam registrados, para contratações futuras, os preços unitários e respectivos fornecedores classificados, conforme Relação dos Fornecedores Beneficiários do Registro de Preços, Anexo I desta Ata.

4.2. Os fornecedores registrados para formação de cadastro de reserva só se beneficiarão deste Registro de Preços no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013 (§ 1º do art. 11 do Decreto nº 7.892/2013)

### **CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. Esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado deste certame.

5.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

a) O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.



5.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 5.2

## **DOS LIMITES PARA AS ADESÕES**

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50 % (cinquenta) por cento** dos quantitativos do saldo dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item anterior, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços

## **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

6.1. A vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, ou até existir saldo da Ata, a contar da data da assinatura, com eficácia legal após a data da publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios e no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o artigo 84 da Lei 14.133/2021.

6.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Secretaria Municipal de Saúde não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro, preferência em igualdade de condições.

6.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro

6.2.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos



6.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

6.3.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços

6.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

6.5. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços

6.5.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela

6.5.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.5.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.5.2.2. Mantiverem sua proposta original

6.5.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata

6.6. O registro a que se refere o item 6.5.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata

6.6.1. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original

6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* e

6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços

6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços



6.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração:

6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.7, observando o item 6.7 e subitens fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado

6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4. aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada

## **CLÁUSULA SETIMA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.



7.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

7.1.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação

7.1.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação

#### **CLÁUSULA OITAVA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligencia- rem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante com- provação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso





8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas

8.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, a Administração Municipal convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosas

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, conforme o §3º do art. 28 do Decreto nº 11.462/2023

#### **CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES PARA O ACEITE DA NOTA DE EMPENHO**

9.1. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente

9.2. Para cada fornecimento, a contratação formalizar-se-á mediante emissão de nota de empenho em nome da licitante que tenha firmado esta Ata de Registro de Preços e o titular do órgão ou entidade CONTRATANTE

9.3. A licitante vencedora receberá, por escrito (e-mail), cópia da Nota de Empenho, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, promover o aceite, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis

9.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, por escrito, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE



9.5. Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço unitário, as cláusulas e condições constantes do Edital do Dispensa que a precedeu e que integra o presente instrumento de compromisso

9.6. A emissão da Nota de Empenho decorrente do Sistema de Registro de Preços de- verá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços

#### **CLÁUSULA DECIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formaliza- do por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipó- teses, desde que devidamente comprovadas e justificadas

10.4.1. Por razão de interesse público

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.5. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023



### **CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO PREÇO**

11.1. O preço consignado no contrato será o registrado nesta Ata, conforme registra- do no resultado do Dispensa Eletrônico

### **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO**

12.1. Os fornecedores detentores dos preços registrados deverão cumprir o compro- misso firmado por intermédio do presente instrumento, nos termos dispostos no nº Decreto nº 11.462, de 2023; e no Edital de Dispensa e seus anexos, e cumprir, integralmente, todas as cláusulas e condições constantes dos contratos ou instrumentos equivalentes porventura firmados, sob pena de revogação da presente Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das aplicações das penalidades cabíveis

### **CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

13.1. Os serviços serão recebidos na forma do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

### **CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO PAGAMENTO**

14.1. O pagamento dar-se-á na forma do edital e do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

### **CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DAS PENALIDADES**

15.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*

15.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, após terem assinado a ata, estabelecido na Lei 14.133/21 e outras legislações aplicáveis

15.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023)

15.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

### **CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições

16.1.1. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente ata de Registro de Preços



16.1.2. integram esta Ata o Fornecedor Beneficiário do Registro de Preços, sua proposta e, ainda, o Edital de Dispensa e seus anexos

16.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados por esta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata a Lei nº 14.133/2021

16.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei 14.133/2021

16.4. Os dirigentes e os agentes públicos que utilizarem o SRP digital responderão administrativa, civil e penalmente, na forma prevista na legislação aplicável, por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas

16.5. Os órgãos e as entidades assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das informações do SRP digital e os protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas

16.6. A critério da Administração Municipal, a presente Ata de Registro poderá ser

16.6.1. Revogada, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta

16.6.2. Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado na defesa do interesse do serviço público e de acordo com a legislação vigente

16.7. Na contagem dos prazos deste edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, considerando-se o expediente normal deste Órgão, de segunda a sexta-feira, salvo expressa disposição em contrário

16.8. Integram esta Ata, o Edital de Dispensa Eletrônico nº. XX/20xx e seus anexos, e a proposta da empresa: , CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX, vencedora do certame supramencionado

16.9. Os casos omissos serão dirimidos pelo Prefeito. A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais da Prefeitura Municipal de Codajás e do Fornecedor Beneficiário

#### **CLÁUSULA DECIMA SETIMA – DO FORO**

16.1. Fica eleito na Comarca de Codajás - AM, para dirimir quaisquer questões oriundas decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços

16.2. E por estarem justas e compromissadas, assinam a presente Ata, para todos os fins de direito, as partes e as duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram

16.3. Fica a administração autorizada a utilizar de meios alternativos de resolução de controvérsias na forma dos artigos 151 a 154 da Lei 14.133/2021



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS**



16.4. A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Município de Codajás e do Fornecedor Beneficiário.

CODAJÁS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx.

\_\_\_\_\_  
Prefeito

\_\_\_\_\_  
Órgão Gestor do Registro de Preços

\_\_\_\_\_  
Fornecedor

## ANEXO II – MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

A: Prefeitura Municipal de Codajás

Referente ao Dispensa eletrônica nº ...../20xx

Prezados senhores,

Apresentamos, em uma via, nossa proposta para Fornecimento de “.....” para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Codajás, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

### DADOS DO LICITANTE

Nome de Fantasia:						
Razão Social:						
CNPJ:				Optante pelo SIMPLES?		
Endereço:						
Bairro:				Cidade:		
CEP:				E-mail:		
Telefone:				Fax:		
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca/Modelo	Preço	
					Unitário	Total
01						
02						
Valor por extenso (UNITÁRIO):						
Valor por extenso (TOTAL):						
Especificação:						
GLOBAL DA PROPOSTA						
Valor por extenso (GLOBAL DA PROPOSTA):						

A empresa ..... declara que:

- 
- a) Nos valores das propostas de preços estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transportes e acondicionamento em embalagens adequadas, conforme caso;
- b) Atende todas as especificações, exigências técnicas mínimas, prazos de entrega ou de prestação, cronograma de execução e as respectivas quantidades, conforme caso;
- c) Caso seja vencedora no certame, submete-se a todas as condições estabelecidas neste Edital e na minuta do contrato que o integra, sob pena de rescisão unilateral do contrato.
- d) Declaração informando que nos preços incluem-se, além do lucro, todos os custos e despesas com tributos incidentes, materiais, serviços, transporte terrestre e transporte fluvial (frete) e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.
- e) Validade mínima da Proposta: 60 (sessenta) dias a contar da data da apresentação dos envelopes de proposta de preços e de documentos para habilitação à Comissão Permanente de Licitação.
- f) Prazo de entrega / execução e demais especificações de acordo com as previsões do Anexo I.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal

Carimbo de Identificação